

FEDF nega a falta de verba para excepcional

- 1 AGO 1987

"Os recursos para a construção de um centro de ensino especial no Gama estão sendo negociados com os setores da área federal, responsáveis pela liberação de verbas". Quem afirma é a professora Rachide Sáfê de Matos, diretora de Ensino Especial da FEDF, contestando a informação veiculada na edição do CORREIO BRAZILIENSE de ontem, 31 de julho.

Segundo a professora Rachide, o projeto, elaborado em maio deste ano, não está engavetado, mas apenas aguardando a liberação de recursos financeiros. Além disso, prossegue, os pais de alunos e professores de excepcionais têm conhecimento da situação porque foram informados do assunto, no dia 2 de junho, numa reunião realizada no gabinete do diretor-executivo da Fundação Educacional.

Também estiveram presentes à reunião o diretor-executivo da FEDF, a diretora de Ensino Especial da FEDF, o administrador regional do Gama e os diretores dos Complexos A e B do Gama.

Com uma área de 4.023m², o projeto, destinado a pré-escola e ao 1º grau, está dividido em uma

quadra coberta e três blocos. O primeiro de Atendimento Pedagógico e Cultural, terá 15 salas de aula e um auditório para atender a 200 pessoas. O bloco II, de Oficinas Pedagógicas e Terapias, contará com oito

salas de aula, nove salas de práticas especiais (costura, bordado, datilografia), e estará equipado com material especial para a sala de terapia. O bloco III abrigará o setor de serviço e administração.

Autista irá à escola pública

A partir do segundo semestre deste ano até dezembro de 1988, as crianças autistas do Distrito Federal passarão a receber aula de professores da Fundação Educacional em classes especiais. Este serviço, pioneiro no Brasil, será possível graças ao convênio firmado dia 20 de julho entre a Fundação Educacional e a Associação Terapêutica Educacional para Crianças Autistas (Asteca).

O autismo, que é um fenômeno de desligamento da realidade exterior e criação mental de um mundo autônomo, não incide em grande número nas crianças do DF. Por isso, inicialmente serão formadas três classes de quatro alunos. Estas turmas funcionarão em estabelecimentos de ensino do Complexo Escolar A de

Brasília e, caso a demanda se amplie, e 83 poderão ser criadas novas turmas.

Segundo a direção de Ensino Especial da FEDF, responsável pelo acompanhamento pedagógico da iniciativa, as classes especiais representam uma abertura da proposta educacional para as crianças autistas que até então aguardavam uma oportunidade no sistema de ensino público.

Mais importante é que o programa vai ao encontro do princípio de normalização e preenche as necessidades destas crianças. Além disso, este trabalho favorece o princípio de integração porque as crianças autistas serão atendidas no sistema regular de ensino em situação de igualdade com os demais alunos.